



Fontes Abertas na Preservação Digital

O conceito de “fonte aberta” indica os princípios de promoção do livre acesso à produção de um produto ou à concepção de um processo ou do próprio produto. É utilizado, sobretudo no contexto do software para computadores, o que significa que o conhecimento reunido em programas de software e sistemas operativos estão disponíveis. As aplicações de InterNet da Fundação Mozilla, como a Firefox e a Thunderbird são bons exemplos de software de fonte aberta. O conceito “fonte aberta” é frequentemente mencionado no contexto da preservação digital para normalizações abertas e têm aqui um papel muito importante. As especificações dos formatos dos ficheiros e os formatos dos ficheiros também podem ser fontes abertas e relacionadas com uma normalização aberta. Em conjunto satisfazem um certo número de requisitos de preservação mas que por várias razões não podem ser apresentadas como solução global para a preservação digital.

Free as in 'Free Speech'

O software livre permite a todos o direito de usar, copiar e distribuir software com ou sem alterações, seja a título gratuito ou sob uma determinada taxa. Nem todo o software de fonte aberta é gratuito, nem todo o software gratuito é de fonte aberta. Existem muitas formas possíveis de fazer um programa gratuito. Embora o termo software gratuito se refira a uma série de liberdades, proprietários fornecedores de software tendem a utilizar esse termo para se referir ao preço. De acordo com esta definição de software livre pela Free Software Foundation (FSF), um produto de software que é “oferecido” sem encargos não é software livre se não permitir a sua livre utilização, redistribuição ou alterações.

Modelos de licenciamento de software de fonte aberta

Erradamente, é frequente assumir-se que fonte aberta equivale a gratuito. Contudo, a disponibilidade do código fonte poderá ser objecto de uma vasta gama de modelos licenciados. O termo em si mesmo apenas significa que o código fonte tornará disponível facilitando, a quem os desenvolve, a implementação de interfaces ou extensões de software.

Desde a Convenção de Berna que o software é automaticamente protegido pelos direitos de autor, excepto se for lançado para o domínio público. Portanto, a maneira mais fácil para declarar um programa como software livre é lança-lo como domínio público. Sob o domínio público, todos os direitos autorais são abandonados e permite ao indivíduo o direito de converter programas de software em software proprietário, que poderá, subsequentemente ser comercializado para lucro.

Os dois modelos de licenciamento, shareware e software, não devem ser confundidos com fonte aberta. Um produto declarado shareware permite a redistribuição mas não muitas alterações. Ao fim de um tempo, ao utilizador do software é-lhe exigido que pague a taxa de licença, que muitas vezes é reclamada por limitar drasticamente a funcionalidade do produto. Os produtos shareware são obtidos gratuitamente sob forma binária, embora as modificações sejam interditas pela retenção do código fonte.

Os programadores de software ou os donos das empresas utilizam frequentemente o direito de autor para restringir a liberdade dos utilizadores. Contudo, o termo “copyleft” foi inventado para garantir que ninguém acrescente restrições a partir do momento em que o software seja modificado ou redistribuído. O que significa que todas as liberdades associadas a um software livre sejam garantidas a todos os que têm cópias.

Qualquer que seja o modelo escolhido, todas as licenças de software de fonte aberta partilha o mesmo direito importante: o direito de aceder ao código fonte e de o modificar. Existem diferenças no que diz respeito aos direitos disponíveis após as mudanças de software, que o tornam dependentes de um produto sujeito a licenciamento.

A licença pública GNU (GPL)

Um dos modelos de licença mais conhecidos para o software de fonte aberta é a licença de grande público (GPL) da GNU. A licença GPL oferece direitos de redistribuição, seja comercial ou gratuito, tão longo para que o novo software seja também sob licença GPL. Devido a este “copyleft” sempre obrigatório, a GPL é por vezes considerada muito restritiva. Empresas ou bibliotecas que utilizem um software de licença GPL devem também colocar sob licença GPL o software derivado, o mesmo é dizer que o software e código-fonte são criados sob licença GPL.

Referências e fontes

1) Convenção de Berna.

Convenção de Berna para a Protecção de Literatura e Obras de Arte. Esta convenção cria uma definição de direitos de autor internacionalmente aceite. Excepto se o autor o explicitar diferentemente, tudo o que for escrito fica automaticamente sob lei dos direitos de autor. Esta protecção também se aplica aos programas de computador, seja qual for o programa utilizado.

http://www.wipo.int/treaties/en/ip/berne/trtdocs_w/o001.html

2) Open Source The Unauthorized White Papers, Rosenberg, 2000.

Este livro analisa diferentes aspectos do software de livre acesso. Além de uma clara distinção entre o que é software comercial e software gratuito, das questões de licenciamento, refere ainda os assuntos da fiabilidade e do desempenho. Analisa ainda os custos das soluções de fonte aberta.

3) Fundação de Software Livre.

A Fundação de Software Livre foi fundada em 1985.

Gere a definição do software livre, promove a sua utilização, bem como os direitos de utilização, de estudo, de cópia, de alterar e de redistribuição dos programas informáticos.

<http://www.fsf.org/>

4) Os quatro tipos de liberdade.

Este artigo define com precisão e explica as quatro formas de liberdade a que se refere o software livre: a liberdade de utilizar, de estudar e de adaptar, de redistribuir cópias e de melhorar os programas. Um software é livre se estes direitos forem garantidos aos seus utilizadores. Entre outras coisas, significa que os utilizadores não terão que pagar nem pedir permissão para executarem estas acções.

<http://www.gnu.org/philosophy/free-sm.html>

5) Iniciativas de Fonte Aberta.

Fundada em 1998, dedica-se à promoção do software aberto e ao esclarecimento de mal-entendidos. Dá uma definição precisa do que significa fonte aberta.

<http://www.opensource.org>

A licença grande público restrita (LGPL) de GNU. A Licença de distribuição de software de Berkeley (BSD).

Por causa do seu efeito “viral”, a licença GPL utiliza software livre nos softwares comerciais pouco atractivos e restritos, assim como a aplicabilidade dos produtos de fontes abertas. Por oposição à licença GPL, as empresas que utilizam o código fonte publicado sob licença LGPL nos seus produtos comerciais que não têm a obrigação de publicar a totalidade do produto novamente sob a licença LGPL. Assim, a licença LGPL é sobretudo dirigida a software de bibliotecas como a GNU C.

A licença de distribuição de software de Berkeley (BSD)

Um produto software sob licença BSD permite o uso comercial bem como ser incluído noutros produtos comerciais. O produto derivado de um produto sob licença BSD não é ele mesmo livre. Poderá ser distribuído sob uma licença de software comercial.

A licença publica MOZILLA (MPL)

O código fonte do muito conhecido motor de busca da InterNet Mozilla está disponível sob licença MPL. Assegura o direito de incorporar um produto protegido MPL noutro produto de software que poderá ser submetido a uma outra licença. Contudo, as alterações terão que ser novamente submetidas à licença MPL.

A preservação digital e a fonte aberta

As fontes abertas não estão obrigatoriamente confinadas ao software. As normalizações abertas, por exemplo, podem também ser consideradas fontes abertas no sentido em que são disponíveis gratuitamente e abertas ao público. Os fundos digitais conforme as normas abertas são mais qualificados para uma preservação a longo prazo, especialmente porque permitem o acesso aos formatos dos ficheiros, tornando mais fácil o desenvolvimento de ferramentas de migração em caso de um formato se tornar obsoleto.

Para além disso, muitas das especificações de formatos de ficheiros como o tratamento de texto ou a folha de cálculo da OpenOffice.org são também fontes abertas. Contudo, as soluções dos proprietários fornecem resultados satisfatórios com a vantagem de fornecerem ao utilizador um apoio garantido e permanente. Além disso, a aceitação das normas nos instrumentos, pela indústria e pelo utilizador é por vezes mais importante que a própria abertura em si. A melhor norma não terá que ser forçosamente a mais realizável quando se considera o suporte, a disponibilidade e a aceitação por parte dos parceiros de indústria.

As normas abertas para ficheiros a preservar, bem como a implementação do software de preservação e respectivos acessórios sob licenças de fontes abertas tem as suas vantagens. Outras entidades podem utilizar as componentes desenvolvidas com software aberto e adaptado às várias necessidades. Sobretudo, respeitando a confiança, o software de fonte aberta é mais fácil de avaliar do que o software proprietário.

Conclusões

As fontes abertas não devem ser tidas como a solução de todos os problemas. Como os softwares comerciais, as aplicações de fontes abertas variam na qualidade das implementações. Contudo, contrariamente ao software comercial as aplicações de fonte aberta não têm garantias. Portanto, é necessário reunir todos os requisitos quando se considera a utilização de software de fonte aberta.

Graças à disponibilidade do código-fonte, a principal vantagem do software de fonte aberta reside na possibilidade de se personalizar e de se adaptar conforme as necessidades das instituições. Da mesma forma, as falhas do software poderão ser livremente corrigidas, ou a tomada de medidas correctivas autonomamente ou mandatadas por outra empresa. Com o software de fonte aberta, não é necessário esperar que o vendedor apresente uma hipotética melhoria, que provavelmente nunca virá.